

Informação

Processo

Interna N.º

Data

198/2016/CP

10/11/2016

Assunto: Implementação de um sistema de transporte a pedido no concelho de Tondela
– abertura de procedimento

- Considerando que o concelho de Tondela é um território disperso em termos de ocupação humana;
- Considerando que nas zonas rurais, de baixa densidade populacional e à necessidade de mobilidade das populações do concelho;
- Considerando a insuficiência dos transportes coletivos regulares;
- Considerando a criação de um serviço de Transporte de Passageiros Flexível (TPF) que garanta melhores condições de mobilidade às populações do concelho de Tondela
- Considerando os pressupostos anteriores, e nos termos e competências definidas pela Lei 75/2013 e pela delegação de competências de 18/10/2013, determino, a abertura de um procedimento, por ajuste direto nos termos da alínea a) do n.º1 do artigo 20 do D.L. 18/2008, convidando-se para o efeito, as seguintes entidades:
 - **Território XXI, Lda**
 - **Veconcept, Lda**
 - **Steplan, Lda**
 - **CACAO civil engineering, Lda**
 - **SKILLMIND, S.A.**
- Estima-se para este serviço o valor de **74 800,00€** acrescido de IVA á taxa legal.
- Proponho ainda a constituição do júri do procedimento nos termos do artigo 67º da referida legislação:

Presidente: Carla Antunes
Membro efetivo: Vitor Figueiredo
Membro efetivo: Pedro Marques
Suplente: Filomena Antunes
Suplente: Anabela Neves

- Analisado o requisito do nº 2 do artigo 113º do CCP, (escolha das entidades convidadas) e de acordo como parecer jurídico da CCDRC de 23 de junho de 2010, da diretora dos serviços, Maria José Castanheira Neves, a aquisição do serviço cumpre com a exigência.
- Verificada a condição imposta, pelo artigo 35º da Lei do orçamento de estado (OE) para 2016 aprovado pela Lei 7- A/2016 de 30 de março, constata-se que o procedimento poderá prosseguir.

O prazo de execução previsto é de 11 meses

Aprovo as peças de procedimento nomeadamente caderno de encargos e convite.

É de dispensar a apresentação de caução nos termos do n.º 2 do artigo 88º do CCP.

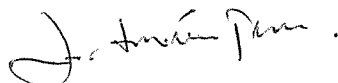
É de exigir a redução do contrato a escrito.

O recurso a esta modalidade (Ajuste Direto) prende-se com o fato desta autarquia não possuir nos seus quadros meios humanos e técnicos para a obtenção da necessidade e com o contrato celebrado no âmbito dos PEDU – planos estratégicos de desenvolvimento urbano Portugal 2020;

A despesa insere-se na classificação económica 03 331 2016/17005 acc.2, possuindo cabimento nº de 187, cuja cópia se anexa.

Tondela, 10 de novembro de 2016

O Presidente da Câmara



José António Gomes de Jesus, Dr.